



SENADO FEDERAL  
Consultoria Legislativa

**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**

**Data da reunião:** 13/06/2018  
**Presidente:** Senador Edison Lobão

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p><b>PLS 319/2015</b> <b>Ementa:</b> Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências. <b>Autoria:</b> Senador Roberto Rocha <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b></p>	Senador Edison Lobão	Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta	<p>O PLS cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, como área livre de comércio, mediante a previsão de incentivos fiscais voltados à importação e à exportação, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social e as relações de comércio exterior da sua área de influência e de incrementar sua integração com o parque industrial nacional. A Zona Franca deverá abranger a totalidade da Ilha de São Luís, podendo a área ser aumentada mediante decreto do Poder Executivo. A proposta dispõe sobre isenções e benefícios tributários com duração prevista de 25 anos, tais como suspensão do Imposto sobre Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).</p> <p>O substitutivo do Relator dispõe sobre a criação não de Zona Franca, mas de Zona de Processamento de Exportação Especial (ZPE), denominada Zona de Exportação do Maranhão (ZEMA), para canalizar o benefício fiscal de modo a incentivar as exportações, sem criar competição indevida no mercado interno com outras regiões do País. O substitutivo prevê algumas condições especiais para a ZEMA, afastando algumas restrições previstas na Lei que regula as ZPEs (Lei nº 11.508, de 2007), incluindo: (1) regime cambial diferenciado para que as empresas possam abrir conta em moeda estrangeira; (2) condições menos burocráticas relativas ao controle aduaneiro; (3) possibilidade de transferência de plantas industriais instaladas em outras regiões; (4) livre fabricação de produtos, sem que haja necessidade de ato autorizativo prévio emanado do Poder Executivo, salvo nos casos não permitidos às demais ZPEs; (5) autorização para que as empresas possam constituir filiais em outros pontos do território nacional e participar de outras pessoas jurídicas estabelecidas em locais diversos da ZEMA; (6) dispensa da exigência de percentual mínimo de receita bruta relacionada à exportação de bens e serviços; e (7) extensão do prazo para a manutenção das isenções e benefícios de 25 anos, conforme previsto na proposição, para 50 anos.</p> <p>- Em 06/12/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Cidinho Santos e à Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos regimentais; - A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e será apreciada pela</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
2	<p><b>Turno suplementar do substitutivo oferecido ao PLS 757/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Antonio Carlos Valadares e outros</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senadora Lídice da Mata	Pela aprovação do Substitutivo	<p>Altera a legislação vigente para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas que não puderem exprimir sua vontade ou sem pleno discernimento, bem como os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.</p> <p>O projeto revoga dispositivos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) que revogaram outros dispositivos do Código Civil, ensejando efeito repristinatório dos seguintes conteúdos: (a) art. 3º, I, II e III do CC/02, incisos que definem os absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil; (b) o art. 1.548, I, que determina ser nulo o casamento contraído por enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil; (c) art. 1.767, II e IV, que sujeita à curatela aqueles que por causa duradoura não puderem exprimir sua vontade e os excepcionais sem completo desenvolvimento mental; e (d) arts. 1.776 e 1.780, referentes à promoção de tratamento de recuperação ao interdito e investidura de curador a requerimento.</p> <p>A proposição também revoga as seguintes alterações feitas pelo Estatuto ao CC/02: (I) limitação da incapacidade civil absoluta aos menores de 16 anos; (II) alterações no art. 4º, retirando menção a pessoas com deficiência mental com discernimento reduzido, substituição de menção aos excepcionais sem desenvolvimento mental completo por menção a aqueles que não puderem exprimir sua vontade por causa transitória ou permanente; (III) modificações mencionadas nos itens “b” e “c” anteriores; (IV) art. 1.769, no tocante à alteração que determinou que o Ministério Público iria promover o “processo que define os termos da curatela” em detrimento da “interdição” nos casos determinados; (V) art. 1.777, em relação à substituição feita da possibilidade de recolhimento em estabelecimento adequado pelo apoio à preservação do direito à convivência familiar e comunitária.</p> <p>O PLS altera ainda o art. 1.072, II do CPC/15, retirando menção aos arts. 1.768 a 1.773 do CC/02 de cláusula de revogação promovida pelo CPC. Altera ainda o CC/02, entre outros, nos seguintes tópicos: (1) na redação do art. 3º, II, a ressalva a “por enfermidade ou deficiência mental” para “por qualquer motivo”; (2) na redação do art. 4º, II, a menção a “por deficiência mental” para “por qualquer causa”, acrescentando a qualificação “severamente” entre outras modificações; (3) em relação ao art. 1.548, dispõe ser nulo o casamento contraído por incapaz ressalvado o disposto nos §§2º e 3º do art. 1.772; (4) quanto ao art. 1.767, sujeita à curatela tanto aqueles sem necessário discernimento ou que não possam exprimir sua vontade quanto os ébrios habituais, toxicômanos, com discernimento severamente reduzido e os pródigos; (5) art. 1.769, I, passa a prever hipótese de casos de doença mental ou deficiência que comprometa severamente o discernimento. Visando evitar que o novo CPC revogue tacitamente dispositivos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, defendem os autores que as duas leis tenham data inicial de vigência igual.</p> <p>O substitutivo da CDH destaca a incompatibilidade com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e com a LC-95/98 no tocante à repristinação não expressa e aproveitamento de numeração de dispositivo revogado. Chama a atenção para o fato de que o novo CPC entrou em vigor em março do presente ano, revogando trechos do CC/02, o que tornaria impossível a repristinação de parcela dos artigos (1.768 a 1.773). Por fim, esclarece que o adiamento da vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência para 17/03/2016 perdeu objeto, por já estar a norma em vigor. O substitutivo apresentado visa corrigir estes problemas.</p> <p>Na CCJ, a Relatora entende que tanto o PLS quanto o substitutivo da CDH reinauguram o tratamento da pessoa com deficiência como civilmente incapaz e outras práticas incompatíveis não só com o seu direito à igualdade e à dignidade, como também com disposições da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CIPD), destacado que o EPD teve o objetivo de compatibilizar a legislação</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				<p>brasileira com a convenção, especialmente dado o seu caráter constitucional. Assim, propõe substitutivo que busca promover a integral adoção no âmbito interno do paradigma da plena capacidade civil. Em linhas gerais, o texto proposto: i) mantém a redação dos artigos do Código Civil dada pelo EPD, bem como a revogação do artigo 3º; ii) promove ampla revisão da legislação civil, tanto material quanto processual, quanto a dispositivos que utilizam termos como “incapacidade”, “interdição” e seus derivados, inclusive para adequar os textos ao disposto na CIPD; iv) concentra a disciplina processual dos procedimentos de tomada de decisão apoiada e de curatela no CPC, deixando para o Código Civil apenas os aspectos de direito material relativos aos dois institutos; v) obriga a averbação da tomada de decisão apoiada.</p> <p>- Em 06/06/2018, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 757, de 2015, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;</p> <p>- Votação nominal.</p>
3	<p><b>Turno suplementar do substitutivo oferecido ao PLS 427/2017</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador José Serra</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senador Wilder Morais	Pela aprovação do Substitutivo	<p>O PLS objetiva alterar a Lei nº 9.637, de 1998, que dispõe acerca das organizações sociais, para garantir que a qualificação das organizações e os contratos de gestão sejam pautados pela transparência, idoneidade e impessoalidade, com regras ajustadas aos entendimentos do STF e do TCU. As principais alterações propostas são: a) novos critérios de qualificação das organizações sociais para excluir a participação do poder público nos órgãos de direção dessas entidades; b) criação de teto de remuneração dos dirigentes dessas entidades conforme valores de mercado; c) realização de convocação pública para celebração de contratos de gestão; d) possibilidade de utilização dos recursos oriundos do contrato de gestão para pagamento de despesas de investimento e custeio, e) previsão da pena de inidoneidade de dez anos para celebração de contratos de gestão aplicada à organização social que for desqualificada enquanto tal; e f) regras para rescisão do contrato de gestão.</p> <p>O Relator propõe a aprovação na forma de substitutivo que, entre outros ajustes: i) mantendo previsão de membros do Poder Público como representantes no órgão colegiado de deliberação superior, prevê a possibilidade de Estados, de o Distrito Federal e de Municípios preverem, em leis próprias, critérios de composição dos órgãos dirigentes de forma distinta da estabelecida para a Administração Federal, respeitando-se, assim, a autonomia de cada ente da Federação para dispor de forma que entender mais consentânea com a realidade local; ii) especifica exigências da proposta da organização social para celebração do contrato de gestão, que deverá provar que seu quadro de pessoal contém profissionais com formação específica e de experiência comprovada ou notória competência para a gestão das atividades a serem desenvolvidas; iii) estabelece que o contrato de gestão disporá sobre os limites prudenciais da contratação de pessoal pela organização social e sobre a possibilidade de utilização dos recursos públicos recebidos também para a compra de equipamentos, obras e outros investimentos; iv) dispõe que os bens e valores cedidos pelo Poder Público às organizações sociais são impenhoráveis, com exceção da reserva técnica, sendo que eventuais condenações do próprio Poder Público ou de outras pessoas jurídicas não podem ser estendidas às organizações sociais; v) dispõe que a execução do contrato de gestão seja fiscalizada pelo controle interno do Poder Executivo respectivo e pelos órgãos de controle externo da Administração Pública, como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público; vi) afasta a incidência da Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas sobre contratações públicas dos contratos de gestão, uma vez que eles possuem caráter de um convênio; vii) torna mais clara a responsabilidade do Poder Público pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas e fiscais da organização social, exclusivamente no caso de não haver os repasses devidos no contrato de gestão e no limite desses repasses; viii) no caso de extinção do contrato de gestão, fica prevista a sub-rogação de nova organização social ou, no caso de</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				<p>ausência, do Poder Público pelas obrigações futuras decorrentes do objeto contratual.</p> <p>- Em 06/06/2018, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 427, de 2017, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;</p> <p>- Votação nominal.</p>
4	<p><b>PLS 631/2011</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar.</p> <p><b>Autoria:</b> Senadora Lídice da Mata</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senadora Vanessa Grazziotin	Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.	<p>O PLS altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre o Conselho Tutelar. Entre as medidas propostas, destacam-se: i) previsão de que haja não mais a quantidade mínima de um conselho tutelar por município, mas, sim, a de um conselho por microrregião ou região administrativa, havendo pelo menos um conselho para cada grupo de 150 mil habitantes; ii) redução do limite de 150 mil para 75 mil habitantes por conselho tutelar, se, no respectivo município, houver profusão de casos de violação dos direitos da criança e do adolescente ou conjugação de acentuada extensão territorial com dispersão populacional; iii) fixação de requisitos para candidatura a conselheiro tutelar (além de idoneidade moral, idade mínima de 21 anos e residência no respectivo município, serão exigidos educação básica completa, experiência comprovada de pelo menos um ano na promoção ou defesa dos direitos da criança e do adolescente, conhecimento comprovado sobre a legislação básica de proteção desses indivíduos e participação em eventos destinados ao estudo dos direitos ou políticas públicas relativos ao segmento infanto-juvenil); iv) disposições sobre os direitos e atribuições dos conselheiros tutelares; v) disposições sobre as eleições para os conselhos tutelares; vi) determinação ao poder público de que promova a capacitação dos conselheiros tutelares e de que realize campanhas locais de esclarecimento para estimular a participação popular no processo de escolha dos conselheiros; vii) fixação de data para a posse dos conselheiros; viii) impedimento do exercício do mandato do conselheiro que for condenado criminalmente ou se tornar réu em ação judicial relacionada a crime contra criança ou adolescente ou a violência doméstica e familiar contra mulher; ix) torna infração administrativa o descumprimento injustificado de determinação da autoridade judiciária ou de deliberação do conselho tutelar ou dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; x) torna infração administrativa a omissão da autoridade competente no provimento das condições necessárias ao funcionamento do conselho tutelar; xi) autorização à União de suspensão do repasse de transferências aos municípios que não tenham instalado os conselhos tutelares; xii) regras de transição.</p> <p>A Relatora propõe a aprovação na forma de substitutivo que promove ajustes de técnica legislativa e, entre outros pontos: i) reduz o grupo mínimo a ser atendido por conselho tutelar de 150 mil para 100 mil habitantes, sem outras especificações quanto à regra; ii) torna facultativa a exigência de que os candidatos a conselheiros tutelares tenham experiência comprovada na promoção ou defesa dos direitos da criança e do adolescente, além de participação em eventos destinados ao estudo dos direitos ou políticas públicas relativos ao segmento infanto-juvenil; iii) retira dispositivos referente ao processo de escolha de conselheiros, por considerar inapropriado impor aos Municípios e ao Distrito Federal, de modo unilateral, um método estanque para tal seleção; iv) exclui dispositivos que já receberam tratamento no ECA, com redação dada por projetos supervenientes ao PLS.</p> <p>- A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa</p>

Data da reunião: 13/06/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	<p><b>PRS 10/2018</b></p> <p><b>Ementa:</b> Institui o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias.</p> <p><b>Autoria:</b> Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador José Pimentel	Favorável ao Projeto	<p>O PRS objetiva criar o Conselho de Avaliação de Políticas Tributárias, vinculado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com caráter consultivo, destinado a auxiliar o Senado Federal na tarefa de avaliação periódica do sistema tributário nacional, bem como elaborar estudos, discutir e organizar eventos sobre possíveis melhorias do sistema. O Conselho será composto por oito membros indicados pelo Presidente da CAE, sendo: um representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil; um representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ); um representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM); dois representantes do setor produtivo; e três cidadãos com notório conhecimento em áreas afetas à atuação do Conselho. A participação no Conselho será em caráter voluntário e seus membros não farão jus a qualquer tipo de remuneração. Os detalhes do funcionamento e da indicação dos membros serão definidos em regimento interno aprovado pela CAE.</p>
6	<p><b>PLC 13/2018</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda de poder familiar.</p> <p><b>Autoria:</b> Deputada Laura Carneiro</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senadora Marta Suplicy	Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.	<p>O projeto tem por objetivo ampliar as hipóteses de perda de poder familiar como consequência da prática de crime doloso e atualizar a nomenclatura de "pátrio poder" para o termo atual. Para tanto, o rol de vítimas passaria a incluir a filha, outro descendente e outrem igualmente titular do mesmo poder familiar. A Relatora propõe a aprovação com uma emenda para adequação da técnica legislativa.</p> <p>- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa</p>
7	<p><b>PLS 399/2017</b></p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Elmano Férrer</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senadora Simone Tebet	Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.	<p>O PLS objetiva alterar a Lei das Eleições para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha, sem prejuízo das sanções previstas no art. 25 da mesma lei. A multa é fixada no valor de 10 a 30% do valor total dos gastos declarados.</p> <p>- Em 30/05/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;</p> <p>- Votação nominal.</p>

Data da reunião: 13/06/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
8	<p><b>PLS 162/2014</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em doze.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Cássio Cunha Lima</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senadora Ana Amélia	Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta	<p>O PLS busca alterar a Lei nº 6.194, de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), para facultar ao proprietário o pagamento do DPVAT em até doze parcelas mensais. A Relatora propõe a aprovação do PLS na forma de substitutivo que: i) estabelece prazo de 180 dias para que a lei que resultar de sua aprovação entre em vigor; ii) modifica o dispositivo a ser alterado, de modo que o PLS deixe de retirar, inadvertidamente, competências do Conselho Nacional de Trânsito; iii) corrige lapso redacional da ementa do projeto; iv) explicita que o fracionamento em parcelas deve ser uma faculdade dos proprietários de veículos – em vez de uma obrigatoriedade -, que poderão exercê-la até o limite de doze vezes mensais, iguais e consecutivas.</p> <p>- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;</p> <p>- Votação nominal;</p> <p>- Em 09/05/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria.</p>
9	<p><b>PLS 354/2017</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Ronaldo Caiado</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senador Lasier Martins	Pela aprovação do Projeto	<p>O projeto altera artigo do diploma que dispõe sobre a cobrança e fiscalização do imposto de renda, facultando ao contribuinte que teve sua declaração retida para revisão pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) apresentar a documentação e expor a regularidade das informações, independentemente de qualquer intimação pelo órgão fazendário. A esse contribuinte, fica assegurada prioridade na revisão da declaração.</p> <p>- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;</p> <p>- Em 06/06/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;</p> <p>- Votação nominal.</p>
10	<p><b>PLS 147/2018</b></p> <p><b>Ementa:</b> Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Cássio Cunha Lima</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senador Ricardo Ferraço	Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T	<p>O PLS tem por objetivo acrescentar um § 4º ao art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) para estabelecer que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau, em única instância ou após julgamento de recurso.</p> <p>Foi apresentada a Emenda 1-T, com o objetivo de promover alteração também no art. 283 do Código de Processo Penal, de modo a “complementar o regramento da matéria, de forma a espantar qualquer dúvida sobre a constitucionalidade e o mérito da previsão legal da prisão após o esgotamento das vias judiciais ordinárias”.</p> <p>O Relator propõe a aprovação do projeto com emenda que considera aprimorar a redação do novo dispositivo previsto para a LINDB, que passa a prever que “no processo penal, o trânsito em julgado ocorrerá com o esgotamento das instâncias ordinárias, assegurado às partes a interposição de recursos para as instâncias extraordinárias”. Propõe, ainda, a rejeição da Emenda 1-T, por considerar que foge ao escopo da proposição.</p> <p>- Em 10/04/2018, foi apresentada a emenda nº 1-T de autoria do Senador Lasier Martins;</p> <p>- Em 06/06/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;</p> <p>- Votação nominal.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
11	<p><b>PLS 300/2011</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Eunício Oliveira</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	<p>Senador Antonio Anastasia</p>	<p>Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2</p>	<p>A proposição altera a lei que define os crimes contra o sistema financeiro nacional para estabelecer que furto e roubo, quando praticados contra instituição financeira, serão considerados crimes contra o sistema financeiro nacional e objeto de investigação pela Polícia Federal. A CAE ofereceu parecer pela aprovação do projeto.</p> <p>Na CCJ, o projeto recebeu uma emenda que transfere o tratamento do assunto para a lei que dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional. Essa emenda é rejeitada pelo relator, que apresenta outra, de sua autoria: além de furto e roubo, o dano contra instituição financeira também passa a fazer parte do rol tratado pela lei. Contudo, a caracterização de crimes contra o sistema financeiro nacional passa a exigir o emprego de explosivo ou outro meio que cause perigo comum.</p> <p>- Em 09/04/2014, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Romero Jucá, a qual foi retirada pelo autor em 23/04/2014;</p> <p>- Em 16/04/2014, foi apresentada a emenda nº 2 de autoria do Senador Romero Jucá;</p> <p>- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;</p> <p>- Votação nominal.</p>
12	<p><b>PLS 42/2017</b></p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 39 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Ricardo Ferraço</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	<p>Senador Magno Malta</p>	<p>Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.</p>	<p>O PLS busca alterar a Lei de Execução Penal para estabelecer que das eventuais indenizações a serem pagas ao condenado seja descontada a indenização devida à vítima ou aos seus sucessores em razão do crime praticado. Para tanto o juiz da execução penal deverá ser informado sobre a existência do crédito judicial a fim de que se habilitem a vítima ou seus sucessores no limite da indenização a que façam jus pela ofensa sofrida.</p> <p>O Relator propõe a aprovação do PLS na forma de substitutivo por meio do qual busca aprimorar a sistemática proposta. Assim, propõe que antes do levantamento do alvará, o credor declare sob as penas da lei não responder a uma ação civil ex delicto. Caso afirme responder, a existência do crédito será comunicada ao juízo do processo movido pela vítima ou seus sucessores. Também no processo onde gerado o crédito judicial ficará suspenso por noventa dias, que é um prazo razoável para que a vítima se habilite nos autos.</p> <p>- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;</p> <p>- Votação nominal.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
13	<p><b>PLC 126/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997.</p> <p><b>Autoria:</b> Deputado Hugo Leal</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	<p>Senador Antonio Anastasia</p>	<p>Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta</p>	<p>O PLC dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado, com âmbito de incidência nacional, abrangendo todas as esferas federativas, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos e os delegatários de serviços públicos, excetuando as estatais exploradoras de atividade econômica. A proposta prevê a responsabilidade objetiva do Estado por atos de seus agentes, bem como a responsabilização subjetiva (dependente de comprovação de dolo ou de culpa) no caso de omissões. O texto detalha os elementos da responsabilidade (dano, nexo de causalidade, conduta do agente público nessa qualidade e causas excludentes). Cuida do ressarcimento administrativo do dano – a ser feito sem necessidade de recurso à via judicial, e sem prejuízo de arbitragem ou mediação – quando não houver controvérsia sobre a responsabilidade. Disciplina o direito de regresso, da responsabilização do Estado por atos dos tribunais de contas, do Judiciário ou do Ministério Público, da prescrição das ações de responsabilidade civil, da manutenção das leis sobre responsabilidade em setores específicos, da competência da Justiça Federal e da cláusula de vigência (imediate).</p> <p>O Relator propõe a aprovação do PLC na forma de substitutivo com o objetivo de instituir o Estatuto da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado, consolidando regras de direito material e processual dos vários ramos do direito que tratam do tema da responsabilidade extracontratual, ficando excluídas do novo diploma a responsabilidade contratual (tratada pela Lei de Licitações), a decorrente de desapropriação e os casos de responsabilidade por risco integral.</p> <p>Entre as inovações propostas no substitutivo, destacam-se: i) a explicitação da extensão da responsabilidade dos delegatários de serviços públicos, a fim de abranger concessionários, permissionários ou autorizatários de serviços; ii) alterações nos dispositivos que tratam dos elementos da responsabilidade; iii) quanto ao direito de regresso, limitação da responsabilização pessoal dos magistrados e membros dos tribunais de contas ou funções essenciais à Justiça aos casos de dolo ou culpa grave; previsão de que a culpa concorrente da vítima atenua a responsabilidade, mitigando (mas não excluindo) o dever de indenizar; iv) previsão de que a responsabilidade por omissão é subjetiva, dependendo de demonstração de dolo ou pelo menos de culpa (ainda que anônima); v) regras sobre responsabilidade do Estado por atos judiciais, das funções essenciais à Justiça ou legislativos; vi) a legitimidade passiva da ação de responsabilidade civil passa a poder ser não apenas do Estado, mas também do próprio agente público causador do dano; vii) regras sobre denúncia da lide; viii) a ação de regresso será imprescritível; ix) cláusula de vigência de 180 dias; x) previsão de aplicação subsidiária do Código Civil, em relação às regras de direito material, e do Código de Processo Civil, quanto às disposições processuais.</p> <p>- Em 09/05/2018, a Presidência concedeu vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais;                  - Em 16/05/2018, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2 de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e as Emendas nºs 3 a 10 de autoria do Senador Lasier Martins (dependendo de relatório).</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
14	<p><b>PLS 272/2016</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Lasier Martins</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senador Magno Malta	Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta	<p>O PLS pretende: i) adicionar as seguintes hipóteses de atos tipificados como terrorismo: a) incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado, com o objetivo de forçar a autoridade pública a praticar ato, abster-se de praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral; e b) interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados, com motivação política ou ideológica, com o fim de desorientar, desembaraçar, dificultar ou obstar seu funcionamento; ii) punir quem dá abrigo a pessoa que sabe tenha praticado crime de terrorismo, isentando de pena o ascendente ou descendente em primeiro grau, cônjuge, companheiro estável ou irmão do terrorista; iii) punir quem recompensa ou louva pessoa, grupo, organização ou associação pela prática de crime de terrorismo; e iv) estabelecer que o condenado pelo crime de terrorismo cumprirá pena em estabelecimento de segurança máxima.</p> <p>O Relator propõe a aprovação com emendas cujos objetivos são: i) retirar as finalidades das ações terroristas especificamente citadas nos incisos VI e VII do § 1º do art. 2º da Lei Antiterrorismo, para evitar problemas de interpretação com os fins gerais dessas ações, que já são descritos adequadamente no caput desse art. 2º; ii) citar no caput a possibilidade de ações terroristas por outras motivações políticas, ideológicas ou religiosas, além das já expressadas no dispositivo, para também tipificar penalmente os atos. Sugere, ainda, tipificação do terrorismo quando a ação criminosa tiver por objetivo coagir autoridade, concessionário ou permissionário do poder público a adotar determinada conduta; iii) reduzir a pena do crime de apologia ao crime de terrorismo. Oferece, por fim, ajustes redacionais.</p> <p>- Em 25/04/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;</p> <p>- Em 09/05/18, foi recebido Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues pela rejeição do Projeto;</p> <p>- Votação nominal.</p>
15	<p><b>PLS 358/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Raimundo Lira</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senador Jader Barbalho	Pela aprovação do Projeto	<p>O PLS propõe a inserção de parágrafo único no art. 27 do Código Penal, estabelecendo que, caso a conduta ilícita tenha sido praticada por menor de dezoito anos, "responde pelo crime o agente que coage, instiga, induz, auxilia, determina ou, por qualquer meio, faz com que o menor de dezoito anos o pratique, com a pena aumentada de metade a dois terços". Altera o parágrafo único do art. 288, para incrementar o aumento de pena – de até a metade para de metade até o dobro – no caso de associação criminosa armada ou com a participação de criança ou adolescente. Além disso, altera a Lei de Crimes Hediondos para que se considere hediondos os crimes definidos naquela lei, quando praticados na forma do parágrafo único do art. 27 do Código Penal. Por fim, revoga o art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que tipifica a corrupção de menor.</p> <p>- Em 05/06/18, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Ricardo Ferraço (dependendo de Relatório);</p> <p>- Votação nominal.</p>

Data da reunião: 13/06/2018

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
16	<p><b>PLS 398/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Antonio Anastasia</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senadora Ana Amélia	Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.	<p>O PLS acrescenta dispositivo à Lei de Acesso à Informação para obrigar a gravação e a manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, do áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>A Relatora propõe a aprovação com emenda para dispor que a obrigatoriedade prevista no PLS incida não apenas no caso de sessões dos conselhos de administração ou fiscal, mas também no caso de órgãos com funções equivalentes, se houver. Por outro lado, estabelece que ficam isentas da obrigatoriedade: empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios que atuem em regime de concorrência.</p> <p>- Votação nominal</p>
17	<p><b>PLS 161/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Telmário Mota</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senadora Ângela Portela	Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH a 3-CDH	<p>O projeto permite que o índio tenha em seus registros de nascimento, casamento e óbito e em sua carteira de identidade informações sobre sua origem indígena e etnia. Esta alteração à Lei de Registros Públicos visa facilitar a comprovação de sua condição independente do registro da FUNAI.</p> <p>As emendas da CDH, acolhidas pela Relatora na CCJ, visam a clarificar o teor da alteração, incluir as letras "NR" indicando alteração e substituir menção a "origem indígena" por "condição indígena", mais significativa por não ser partilhada por não índios.</p> <p>- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;</p> <p>- Votação nominal.</p>
18	<p><b>PLS 453/2017</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera o caput do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a fim de tornar explícito que o consentimento familiar, no caso de doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para depois da morte, só se faz necessário quando o potencial doador não tenha, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Lasier Martins</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senadora Ana Amélia	Pela aprovação do Projeto	<p>A proposição objetiva determinar que o consentimento da família para a doação após a morte de órgãos e tecidos só é necessário quando não houver manifestação expressa e válida do potencial doador.</p> <p>- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;</p> <p>- Votação nominal.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
19	<p><b>PLS 764/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o compartilhamento de informações entre órgãos de investigação.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Antonio Anastasia</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	<p>Senador Ronaldo Caiado</p>	<p>Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.</p>	<p>O PLS estabelece a necessidade de que os órgãos de investigação indicados devam manter banco de dados digital unificado que contenha informações sobre: (i) a existência de procedimento investigatório instaurado acerca da prática de crimes contra a administração pública ou atos de improbidade administrativa; (ii) a lista de pessoas físicas ou jurídicas objeto de investigação ainda não concluída; (iii) o rol de medidas cautelares decretadas em cada investigação em curso; e (iv) o conteúdo de documentos, interceptações telefônicas ou ambientais, quebras de sigilo ou outras medidas especiais de investigação. O Relator propõe a aprovação com emendas que corrigem remissões a dispositivos legais feitas pelo PLS e incluem os inquéritos policiais entre os procedimentos de registro obrigatório perante o banco de dados unificado.</p> <p>- Votação nominal</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.  
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.